



Termo de Referência Nº 111/2019 - PJPI/TJPI/SENA

### TERMO DE REFERÊNCIA Nº 111/2019

#### CONTRATAÇÃO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS

##### 1. FUNDAMENTO LEGAL:

- 1.1. Legislação Federal/Nacional: Lei nº 10.520/2002, Decretos nº 3.555/2000, nº 5.450/2005 e suas alterações; Lei Complementar nº 123/2006 e subsidiariamente, Lei nº 8.666/93 e Lei nº 8.078/1990 e outras normas aplicáveis ao objeto deste certame.
- 1.2. Legislação do Estado do Piauí: Decreto nº 11.319/04 (Regulamento do SRP do Governo do Estado do Piauí), Resolução TJPI nº 19/2007, Portaria nº 168/2011/TJPI e outras normas aplicáveis ao objeto deste certame e, ainda, pelo estabelecido no instrumento convocatório que permear o referido certame.
- 1.3. Legislação Municipal: [Lei Complementar nº 4.974/2016](#) – Código Tributário do Município de Teresina-PI e [Lei Municipal nº 3.610, de 11 de janeiro de 2007](#): Dá nova redação ao Código Municipal de Posturas e dá outras providências.
- 1.4. A licitante deverá se credenciar no sítio [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br), sistema “Pregão Eletrônico”, para participar da Licitação.

##### 2. OBJETO:

- 2.1. O objeto deste Termo de Referência é a contratação de empresa especializada para **prestação de serviços de coleta de resíduos sólidos - Classe II**, a fim de atender as necessidades das unidades judiciárias da Comarca de Teresina-PI, de acordo com as especificações, condições e quantidades estimadas, descritas neste Termo de Referência e seu Anexo I.
- 2.2. O quantitativo de lixo a ser eventualmente recolhido, durante a vigência do contrato, poderá variar de acordo com as atividades administrativas de cada unidade.
- 2.3. **As especificações do objeto a serem contratados estão no Anexo I deste Termo de Referência.**
- 2.4. Havendo divergências entre as especificações dos itens constante do Termo de Referência e as do Contrato prevalecerão às primeiras.

##### 3. JUSTIFICATIVA:

- 3.1. A contratação de empresa especializada para **prestação de serviços de coleta de resíduos sólidos - Classe II**, a fim de atender as necessidades das unidades judiciárias da Comarca de Teresina-PI, se deu em razão do Edital de Notificação, do Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação, **folha 3 e 4, DOM nº 2.489/2019(0953378)**.
- 3.2. O referido edital notifica que os órgãos da administração pública direta e indireta, das esferas estadual e federal, exceto estabelecimentos que gerem resíduos caracterizados como próprios da prestação de serviços de saúde, que o prazo inicialmente fixado para suspensão dos serviços de coleta, transporte destinação final de resíduos sólidos extradomiciliares fixados através da Portaria nº 002/2018 de 11 de dezembro de 2018 (DOM Nº 2.423 de 14 de dezembro de 2018) será prorrogado até o **dia 14 de maio do ano em curso**, até que os órgãos referidos busquem suas contratações administrativas com empresas devidamente cadastradas e com situação regular no Município de Teresina, conforme Decreto Municipal nº 18.061, de 18/10/2018 para serem regularizados de forma definitiva a prestação de tais serviços.
- 3.3. O TJPI solicitou a regularização da coleta dos resíduos sólidos produzidos por este Poder Judiciário até a contratação de uma empresa terceirizada, conforme Ofício Nº 7737/2019 - PJPI/TJPI/SECPRE (0931177), após a Prefeitura Municipal de Teresina ficar 4 (quatro) dias sem recolher o lixo, conforme fotografia em anexo (0957062).
  - 3.3.1. Ressalta-se que a Secretaria Geral em visita *in loco* a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação, para saber os motivos da suspensão dos serviços, fomos informado que devido aos transtornos gerados pela falta de comunicação com outros órgãos, o serviço estava sendo retomado até o mês de maio, para que os órgãos públicos, exceto os municipais, pudessem realizar suas contratações. Informaram ainda, que atualmente em Teresina, apenas 02(duas) empresas estavam credenciadas e em condições de prestar os serviços de coleta de resíduos sólidos extradomiciliares.
  - 3.4. A quantidade estimada de resíduos sólidos produzidos na comarca de Teresina, estabelecida no Anexo I, foi elaborada com auxílio das unidades judiciárias e em conjunto com o Departamento de Material e Patrimônio, tomando-se por base a produção de resíduos sólidos durante 03 dias (26 a 28 de março de 2019).
  - 3.5. Foi feita nova avaliação das quantidades com o atual contrato 57/2019 de prestação de serviços de coleta, transporte e destinação final de resíduos sólidos - Classe II prestados pela empresa RAIZ SOLUÇÕES EM RESÍDUOS LTDA.

##### 4. DO RECEBIMENTO DO SERVIÇO E PRAZOS:

- 4.1. Os serviços serão recebidos **provisoriamente**, a partir da coleta do lixo, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e proposta da contratada, qual seja, metro cúbico.
  - 4.1.1. Executado o Contrato com as 12 (doze) coletas previstas para um mês, o objeto será recebido pelo Fiscal ou Comissão de Fiscalização, que terá a incumbência de, dentre outras atribuições, aferir a quantidade e/ou qualidade e adequações dos serviços executados, conforme art. 73, inciso II, letras “a” e “b”, e ainda, § 2º da Lei Federal nº 8.666/93.
- 4.2. **Definitivamente**, após a verificação da conformidade com as especificações constante do Termo de Referência e da proposta e sua consequência aceitação, que se dará até 15 (quinze) dias do recebimento provisório.
- 4.3. O objeto será recebido provisoriamente, pelo responsável pelo seu acompanhamento e fiscalização, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e Proposta da Contratada.
- 4.4. O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações técnicas constantes no Termo de Referência, devendo ser imediatamente substituído, à custa da Contratada, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste Termo de Referência.
- 4.5. Na hipótese de a verificação a que se refere o item anterior não sendo procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
- 4.6. O objeto será recebido definitivamente, por servidor ou comissão designada, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após observação e vistoria que comprove as conformidades com as especificações do objeto executado com o Termo de Referência e proposta da empresa contratada.
- 4.7. O objeto será executado, somente mediante a apresentação de autorização, devidamente preenchida e expedida pela autoridade competente ou responsável por ele designado:
- 4.8. A execução dos serviços deverá ser executada de acordo com as disposições desse Termo de Referência e legislação pertinente ao objeto;
- 4.9. Por ocasião da entrega/execução dos serviços, o contratado deverá colher comprovante de entrega contendo data, o nome, o cargo e a assinatura emitidos pela Administração responsável e designados para o recebimento e fiscalização dos serviços executados.
- 4.10. A CONTRATADA comprometer-se-á a dar total garantia quanto à qualidade e procedência dos serviços/bens/materiais, executados e utilizados na execução dos serviços, bem como, efetuar a substituição ou complementação de quantitativos imediatamente, e totalmente às suas expensas de qualquer serviço comprovadamente adulterado ou inutilizável, ou ainda incompatível com o Termo de Referência e Proposta da Contratada na forma do art. 69 da Lei nº 8.666/93.
- 4.11. Correrá por conta da CONTRATADA todas as despesas de seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas, e previdenciários, decorrentes da execução dos serviços, correndo a cargo da CONTRATANTE absolutamente os valores referentes contratados do objeto na forma da proposta da contratada.
- 4.12. Será designado o Fiscal/Gestor do contrato, na forma que determina a legislação e este Termo de Referência, que será responsável pelo acompanhamento e fiscalização da sua execução, anotando em registro próprio as ocorrências relacionadas com a execução do Objeto, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.
- 4.13. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança do objeto, nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo Instrumento Contratual.

##### 5. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Além das obrigações resultantes da observância da Lei 8.666/93, o CONTRATANTE deverá:

- 5.1. Acompanhar, atestar e remeter nas notas fiscais/faturas a efetiva entrega do objeto;

5.2. Efetuar o pagamento do material, nas condições e preços pactuados, dentro do prazo fixado neste contrato, após a entrega da documentação pelo Fiscal de Contrato ou pela Comissão de fiscalização à SOF ou FERMOJUPI.

5.2.1. Nenhum pagamento será efetuado enquanto houver pendência de liquidação ou qualquer obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência;

5.3. Comunicar à CONTRATADA o mais prontamente possível, qualquer anormalidade observada no fornecimento do objeto requisitado, que possa comprometer a tempestividade, a qualidade e a eficácia do uso a que se destina;

5.4. Exigir o cumprimento de todos os compromissos assumidos pela Contratada.

5.5. Fornecer, a qualquer tempo e com a máxima presteza, mediante solicitação escrita da CONTRATADA, informações adicionais, dirimir dúvidas e orientá-la em todos os casos julgados necessários;

5.6. Manter os contatos com a CONTRATADA por escrito, ressalvados os entendimentos verbais determinados pela urgência que, posteriormente, devem ser confirmados por escrito no prazo de até 72 (setenta e duas) horas.

5.7. O Contratante não aceitará, sob nenhum pretexto, transferência de responsabilidade da CONTRATADA para terceiros, sejam fabricantes, representante ou quaisquer outros.

5.8. Permitir acesso dos empregados da contratada às dependências do Palácio da Justiça para entrega do objeto.

5.9. Supervisionar, gerenciar e fiscalizar os procedimentos a serem realizados pela Comissão de Fiscalização ou pelos fiscais de contrato.

5.10. Acondicionar os resíduos de maneira adequada, bem como utilizar recipientes normatizados para manuseio e transporte (sacos plásticos, caixas e etc).

5.11. Estabelecer o local onde deverá ser realizada a coleta do resíduo do serviço, deixando essa área desimpedida e de fácil acesso, para que a equipe da empresa Contratada possa realizar a coleta com segurança.

5.12. Exigir o afastamento de qualquer funcionário ou preposto da CONTRATADA que venha a causar embarço ou que adote procedimentos incompatíveis com o exercício das funções que lhe forem atribuídas.

5.13. Aplicar à CONTRATADA as penalidades regulamentares e contratuais.

## 6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Além das obrigações resultantes da observância da Lei 8.666/93, a CONTRATADA deverá:

6.1. Manter durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na forma da legislação.

6.2. Efetuar a entrega dos serviços em perfeitas condições, no prazo e local indicado pela Administração, em estrita observância das especificações do Termo de Referência e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente as indicações dos serviços e outras informações pertinentes ao objeto. Ficando ciente que o não cumprimento do prazo de entrega/execução estabelecido neste Termo de Referência, a Administração aplicará as penalidades prevista neste Termo de Referência e Legislação pertinente.

6.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes dos serviços, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

6.4. O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, imediatamente, os serviços com avarias ou defeitos;

6.5. Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente contratação;

6.6. Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

6.7. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato ou em legislação específica;

6.8. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

6.9. Responsabilizarem-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

6.10. Em tudo agir, segundo as diretrizes e legislação específica, cumprindo rigorosamente a legislação fiscal e trabalhista;

6.11. Entregar os serviços em total conformidade com a legislação, dentro do prazo e cumprir rigorosamente o prazo de entrega estabelecido no Termo de Referência, na forma que a legislação determina.

6.12. Retirar a nota de empenho quando notificado, (ou documento equivalente) no prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogável a critério do órgão ou entidade contratante, sob pena de decair do direito à contratação e incidir nas penalidades previstas neste edital.

6.13. Abster-se de veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca da contratação objeto deste contrato ou a ela relacionada, salvo se houver expressa e prévia autorização da

6.14. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

6.15. A inadimplência da contratada, com referência aos seus encargos sociais, comerciais e fiscais, não transfere a responsabilidade por seu pagamento à CONTRATANTE, nem poderá onerar o objeto desta licitação;

6.16. Fornecer todo o pessoal envolvido nos serviços objeto desta licitação;

6.17. É de responsabilidade da contratada a qualidade, pontualidade, organização, lisura, legalidade e segurança dos serviços executados;

6.18. Emitir o Certificado de Destinação Final dos Resíduos;

6.19. Fornecer todos os equipamentos necessários para a realização dos serviços;

6.20. Realizar a coleta dos resíduos sólidos em até 03 (três) vezes por semana durante a vigência do Contrato, atentando para às NBR 10004/2004, NBR 13463/1995 e NBR 13221/2003 da ABNT;

6.21. Sempre que necessário, a Contratada disponibilizará todas as licenças de funcionamento, assim como as licenças de terceiros que participarem do processo em geral.

6.22. Cumprir e fazer com que seus funcionários cumpram as Normas de Segurança do Trabalho previstas na portaria nº. 3124, de 08/06/1978, do Ministério do Trabalho e NBR nº. 12810.

6.23. Fornecer veículo apropriado e pessoal devidamente treinado para realização das atividades presentes no objetivo desse contrato, bem como os equipamentos de proteção individual inerente aos exercícios desse tipo de atividade.

6.24. De acordo com o Código Civil Brasileiro, é de responsabilidade exclusiva da Contratada, se for diagnosticado culpa, quando da execução dos serviços previstos neste contrato, seja através de erros, falha e/ou omissões, acidentes, devendo repará-los sem quaisquer ônus à Contratante ou a terceiros que possam vir a ser prejudicados.

6.25. Também segundo o Código Civil Brasileiro, a Contratada será a responsável pelo inadimplemento de suas obrigações conforme dispõe os art. 389, 392 e 475, exceto na ocorrência de caso fortuito e/ou força maior, nos termos do art. 393 do referido Código.

6.26. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo Tribunal de Justiça do Piauí, devendo ainda atender prontamente as reclamações.

6.27. Não transferir a outrem, o objeto do Contrato, sem prévia e expressa anuência do Contratante.

6.28.1. O contratante poderá autorizar a subcontratação parcial do objeto até o limite máximo de 50 % (cinquenta por cento), conforme disciplina o art. 72 da Lei nº 8.666/93.

6.29. A CONTRATADA fica obrigada a disponibilizar o(s) número(s) do(s) telefone(s) da empresa ou do responsável, para atendimento dos chamados da CONTRATANTE, para solução do problema demandado, em caso de reclamações.

6.30. Comunicar ao Contratante, com antecedência de 48 (quarenta e oito) horas os motivos que eventualmente impossibilitem a prestação dos serviços no prazo estipulado, nos casos em que houver impedimento justificado para funcionamento normal de suas atividades, sob a pena de sofrer as sanções da Lei 8.666/93;

6.31. Vincular-se ao que dispõe a lei nº 3.078, de 11/09/90 (Código de Proteção de Defesa do Consumidor).

6.32. São expressamente vedadas à CONTRATADA:

I. A contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal do TJ/PI, durante o período de fornecimento.

## 7. DO VALOR DA CONTRATAÇÃO.

7.1. O valor estimado da contratação é de **RS 10.255,42 (dez mil duzentos e cinquenta e cinco reais e quarenta e dois centavos) mensais**, considerando o valor apresentado na menor proposta e de acordo com as especificações constantes do anexo I e **cláusula 14**, deste TR e tabela 103 em anexo (1126109) com distribuição do 1ª e 2ª graus.

## 8. DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento obedecerá, para cada fonte diferenciada de recursos, a estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades, conforme determinado pela IN TCE/PI nº 02/2017 e art.5º da Lei 8.666/93.

8.2. O pagamento será efetuado pela Administração, em moeda corrente nacional, por Ordem Bancária, acompanhado dos seguintes documentos, **remetidos pelo Fiscal de Contrato ou pela Comissão de Fiscalização**:

- a) Termo de Recebimento Definitivo ou Recibo, devidamente preenchido e assinado;
- b) Apresentação da Nota Fiscal com dados bancários, fatura ou documento equivalente, atestado pelo setor competente;
- c) Cópia do Contrato Administrativo ou da Ordem de Fornecimento; e
- d) Cópia da Nota de Empenho;
- e) Prova de regularidade perante o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS;
- f) Prova de regularidade do FGTS;
- g) Prova de regularidade com a Fazenda Pública Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede e dívida ativa;
- h) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas; e
- g) Consulta ao Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS.

8.3. As certidões extraídas do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF substituirão os documentos relacionados nas letras e, f, g e h, que se dará por consulta *ON LINE*, nos termos da [Instrução Normativa nº 03/2018 - SEGES/MPDG](#).

8.4. A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida pela licitante vencedora, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas, não se admitindo Notas Fiscais/Faturas emitidas com outros CNPJ, mesmo aquelas de filiais ou da matriz. As Notas Fiscais deverão conter discriminação idêntica à contida na respectiva Nota de Empenho.

8.5. O banco ao qual pertence à conta da empresa deve ser cadastrado no sistema do Banco Central do Brasil, para que seja possível a compensação bancária, na qual o SOF / FERMOJUPI creditará os pagamentos a que faz jus a empresa contratada.

8.6. Nenhum pagamento será efetuado enquanto houver pendência de liquidação ou qualquer obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência.

8.7. Na existência de erros, omissões ou irregularidades, a documentação será devolvida à empresa contratada/fornecedora, para as correções devidas, passando o novo prazo para pagamento a ser contado a partir da data da apresentação dos documentos corrigidos.

8.8. Não haverá, em hipótese alguma, pagamento antecipado.

8.9. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a licitante vencedora não tenha concorrido de alguma forma para tanto, incidirão correção monetária e juros moratórios.

8.10. Fica convencionado que a correção monetária e os encargos moratórios serão calculados entre a data do adimplemento da parcela e a do efetivo pagamento da nota fiscal/fatura, com a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,0001638, assim apurado:

$$I = TX/365 \quad I = 0,06/365 \quad I = 0,0001644$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

8.11. A correção monetária será calculada com a utilização do índice IGP-M da Fundação Getúlio Vargas.

8.12. No caso de atraso na divulgação do IGPM, será pago à licitante vencedora a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

8.13. Caso o IGPM estabelecido venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado em substituição o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

8.14. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial.

8.15. Qualquer atraso ocorrido na apresentação da nota fiscal, ou dos documentos exigidos como condição para pagamento por parte da CONTRATADA importará em prorrogação automática do prazo de vencimento da obrigação do CONTRATANTE.

## 9. DO REAJUSTE E ALTERAÇÕES

9.1. O preço contratado é fixo e irrevogável, pelo período de 12 (doze) meses, na forma do parágrafo 1º do artigo 28 da Lei 9.069, de 29/06/95, contado o prazo da data da apresentação proposta, nos termos do §1º do artigo 3º da Lei 10.192/2001.

9.1.1. No caso de reajuste será utilizado o Índice Geral de Preços (IGP-M).

9.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, **até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato**.

9.2.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

## 10. DA PROPOSTA:

10.1. As propostas deverão ter validade mínima de 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data de apresentação.

## 11. DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

11.1. A execução dos serviços será iniciada a partir da vigência da contratação, na forma que segue:

11.1.1. Realizar a coleta dos resíduos sólidos em até 03 (três) vezes por semana durante a vigência do Contrato, atentando para às NBR 10004/2004, NBR 13463/1995 e NBR 13221/2003 da ABNT.

11.1.2. A coleta deverá ser realizada após o término do expediente do Poder Judiciário, qual seja, 17 horas.

11.1.3. Fornecer veículo apropriado e pessoal devidamente treinado para realização das atividades presentes no objetivo desse contrato, bem como os equipamentos de proteção individual inerente aos exercícios desse tipo de atividade.

11.1.4. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

11.1.5. O recolhimento se dará nas unidades judiciárias constantes no **Anexo I** deste Termo de Referência.

11.1.6. O lixo da Fazenda Pública, Palácio da Justiça e Anexo e Fórum Cível e Criminal serão recolhidos na lixeira ao lado do prédio da SASC.

11.1.7. O lixo do Arquivo Judicial da Corregedoria serão recolhidos junto com o do Juizado Especial da Redonda.

## 12. DA FISCALIZAÇÃO

12.1. Auxiliado(a) pela Superintendência de Gestão de Contratos e Convênios do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, a fiscalização será exercida por servidor/comissão devidamente designado(a).

12.2. Os itens adquiridos serão fiscalizados e atestados quanto à conformidade por servidor indicado pela Administração, observando-se o exato cumprimento de todas as cláusulas e condições decorrentes do instrumento de contratação, determinando, quando necessário, a regularização de falhas observadas, conforme prevê o art. 67 da Lei 8.666/93.

12.3. O CONTRATANTE reserva-se o direito de recusar a atestar a Fatura/Nota Fiscal, se, no ato da apresentação, o objeto não estiver de acordo com a descrição apresentada no Termo de Referência do Edital e amostra aceita.

12.4. A fiscalização anotará em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do Contrato, determinando o que for necessário, para regularização de falhas, defeitos e/ou substituição dos bens, no todo ou em parte, se for o caso.

12.5. As ocorrências registradas pela fiscalização serão comunicadas à CONTRATADA, para imediata correção, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste instrumento, mediante a abertura de processo administrativo, garantido o contraditório a ampla defesa.

12.6. Constituem atividades do Fiscal de Contrato:

12.6.1. Fornecer todos os meios legais para o ideal desempenho das atividades contratadas;

12.6.2. Emitir relatório final de execução do contrato de sua responsabilidade;

12.6.3. Notificar a Contratada qualquer fato que gere o descumprimento das cláusulas contratuais;

12.6.4. Controlar a vigência dos contratos;

12.6.5. Acompanhar a execução dos serviços, principalmente quanto à quantidade e qualidade dos serviços previstos no objeto do contrato administrativo.

12.7. Os recolhimentos diários deverão ser feitas na presença do responsável pela referida Unidade escolhido pela diretoria do Fórum /Juizado, verificando a quantidade de m<sup>3</sup> para averiguação total no fim do mês.

### 13. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

13.1. Para fins de qualificação, a licitante vencedora deverá apresentar o seguintes documentos:

a) Alvará de localização/funcionamento expedido pela Prefeitura Municipal de Teresina - PMT;

b) CNAE de acordo com a atividade do objeto da licitação;

c) Licença ambiental expedida pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SEMAN-PMT;

d) Cadastro junto a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação - SEMDUH de Teresina conforme Decreto Municipal nº 18.061/2018.

13.2. Na ausência da documentação citada anteriormente, a licitante deverá apresentar atestados de capacidade técnica que comprove a regularidade de suas atividades.

13.3. Caso a licitante não possua a documentação citada no item 13.1, deverá providenciá-la assim que for **declarada vencedora**, a fim de que não haja solução de continuidade nos serviços de coleta de lixo.

13.4. Considerando que a execução dos serviços será da vigência do contrato, **a licitante terá o prazo máximo de 30(trinta) dias, a contar da data em que for declarada vencedora, para apresentar a documentação do item 13.1.**

13.4.1. As medidas são necessárias para que não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e para que empresas de outros Estados possam participar do certame.

### 14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666/93 e da Lei nº 10.520/02, a licitante vencedora que:

14.1.1. Não Celebrar o Contrato;

14.1.2. Deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame;

14.1.3. Ensejar o retardamento da execução de seu objeto;

14.1.4. Não mantiver a proposta;

14.1.5. Falhar ou fraudar na execução do contrato;

14.1.6. Comportar-se de modo inidôneo;

14.1.7. Cometer fraude fiscal;

14.2. Para os fins do item 13.1.6, reputar-se-ão inidôneos atos tais como os descritos nos artigos 92, parágrafo único, 96 e 97, parágrafo único, da Lei n.º 8.666/1993.

14.3. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções, tomando por base o Anexo II:

a) Advertência, em caso de faltas ou descumprimentos de regras contratuais que não causem prejuízo ao CONTRATANTE

b) Multa:

b.1.) Multa moratória de até 15% (quinze por cento) sobre o valor da parcela inadimplida, no caso de atraso injustificado, até o limite de 30 (trinta) dias;

b.2) Multa compensatória de até 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato, no caso de inexecução total do objeto, configurada após o nonagésimo dia de atraso;

b.3) Em caso de **inexecução parcial**, aplicar-se-á a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem anterior, de forma proporcional à obrigação inadimplida;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

e) Impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Contrato e demais cominações legais.

14.4. As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d" do subitem anterior poderão ser aplicadas cumulativamente à pena de multa, de acordo com o Anexo II, do TR.

14.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666/93, as empresas ou profissionais que:

14.5.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

14.5.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

14.5.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

14.6. Após o nonagésimo dia de atraso, o TJ/PI poderá rescindir o contrato, caracterizando-se a inexecução total do seu objeto.

14.7. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666/93.

14.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

14.9. O valor da multa aplicada será descontado da garantia prestada, se houver, ou descontado de pagamentos eventualmente devidos à Contratada. Na inexistência destes, será pago mediante depósito bancário em conta a ser informada pela Contratante ou judicialmente.

14.11. *Ad cautelam*, o TJ/PI poderá efetuar a retenção do valor presumido da multa, antes da instauração do regular procedimento administrativo.

14.12. Se o valor do pagamento for insuficiente, fica a contratada obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

14.13. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela contratada ao TJ/PI, a contratada será encaminhada para inscrição em dívida ativa.

14.14. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar ou não sua decisão ou nesse prazo, encaminhá-lo, devidamente informados para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

14.15. Serão publicadas no Diário da Justiça do TJPI as sanções administrativas previstas, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública;

### 15. DO PRAZO E VIGÊNCIA:

15.1. A execução dos serviços, objeto deste contrato, caracteriza-se em face da urgência da coleta dos resíduos sólidos extradomiciliares, uma vez que a interrupção dos serviços poderá causar prejuízos às atividades e ações realizadas nas unidades citadas no Anexo I, bem como comprometer as atividades de interesse público.

15.2. Da celebração do Contrato Administrativo, o qual estará adstrito ao crédito orçamentário que sustentará a despesa prevista, preservada a ressalva do inciso II do art. 57 da Lei 8.666/93.

15.3. O prazo de vigência da contratação será de **12 (doze) meses**, a contar da data da publicação do extrato do Contrato no Diário da Justiça do TJ/PI, podendo ser prorrogada por iguais períodos, nos termos do art. 57, inciso II, da Lei 8.666/93.

#### 16. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO:

16.1. Conforme faculta o art. 56 da Lei nº 8.666/93, não haverá depósito em garantia da execução, nada tendo o contratante que restituir ou acrescentar ao contrato.

#### 17. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1. A Contratada responderá pelos vícios de qualidade e de quantidades que venham a ser constatados no objeto que os tornem impróprios ou inadequados aos fins a que se destinam.

17.2. É vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato com empresa que venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juizes vinculados ao respectivo Tribunal contratante, conforme dispõe o art. 3º da Resolução nº 07/2005 do CNJ.

17.3. Empresas punidas com suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, qualquer que seja a esfera do órgão prolator da sanção, não poderão participar desta licitação, conforme arts. 87 e 88 da Lei 8.666/93 e Memorando nº 1118/2017-PJPI/TJPI/PRES (0405278).

17.4. A adequada gestão dos resíduos sólidos a serem gerados pelo TJPI, a fim de promover a coleta seletiva, com estímulo a sua redução, ao reuso e à reciclagem de materiais e à inclusão socioeconômica dos catadores de resíduos, em consonância com a Política Nacional de Resíduos Sólidos e as limitações de cada município, será realizada pelo Núcleo Socioambiental - NUSA, nos termos da [Resolução CNJ nº 201/2015](#) - CNJ.

17.5. Para qualquer ação decorrente deste contrato, elegem as partes contratantes, de comum acordo, o foro da cidade de Teresina/PI, independentemente de outro por mais privilegiado que seja.

### ANEXO I

#### ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

| COMARCA   | EDIFICAÇÕES   | ENDEREÇOS  | CLASSIFICAÇÃO DE RESÍDUOS | FORMA DE ACONDICIONAMENTO | QUANT. RESÍDUOS PRODUZIDOS | UNID | COLETA SEMANAL (3 X) | COLETA MENSAL (12 X) |
|---|---|--|---------------------------|---------------------------|----------------------------|------|----------------------|----------------------|
| TERESINA  | JECC ZONA CENTRO I  | Rua Mato Grosso nº210                            | CLASSE II                 | CONTAINER                 | 1                          | M³   | 3                    | 12                   |
|   | ESCOLA JUDICIÁRIA   | Rua Joca Vieira, 1449 – Bairro Jockey Club       | CLASSE II                 | CONTAINER                 | 1                          | M³   | 3                    | 12                   |
|   | JECC ZONA CENTRO II   | Rua Areolino de Abreu, 1643, Centro/Norte        | CLASSE II                 | CONTAINER                 | 1                          | M³   | 3                    | 12                   |
|   | JECC ZONA SUL (BELA VISTA/ANGELIM)                                      | BR -316, KM 06, Bela Vista                       | CLASSE II                 | CONTAINER                 | 1                          | M³   | 3                    | 12                   |
|   | JECC ZONA LESTE (HORTO)   | Rua Jornalista Dondon, 3189, Horto Florestal     | CLASSE II                 | CONTAINER                 | 1                          | M³   | 3                    | 12                   |
|   | JECC ZONA NORTE I ( BUENOS AIRES)                                       | Rua Crizipio Aguiar, s/n, Buenos Aires           | CLASSE II                 | CONTAINER                 | 1                          | M³   | 3                    | 12                   |
|   | JECC ZONA NORTE II ( S. M. DA CODIPI)                                   | Rua Raimundo Dorotéia, 1417, Sta Maria da Codipi | CLASSE II                 | CONTAINER                 | 1                          | M³   | 3                    | 12                   |
|   | JECC ZONA SUDESTE (REDONDA) / DEPÓSITO JUDICIAL                         | Rua Jornalista Lívio Lopes, s/n, Redonda         | CLASSE II                 | CONTAINER                 | 2                          | M³   | 6                    | 24                   |
|   | ALMOXARIFADO GERAL  | Rua Jornalista Lívio Lopes, s/n, Redonda         | CLASSE II                 | CONTAINER                 | 2                          | M³   | 6                    | 24                   |
|   | ARQUIVO GERAL DA CORREGEDORIA   | Rua Taumaturgo de Azevedo, 2566, Piçarra         | CLASSE II                 | CONTAINER                 | 1                          | M³   | 3                    | 12                   |
|   | TRIBUNAL DE JUSTIÇA – SEDE E ANEXO E FÓRUM CÍVEL E CRIMINAL DE TERESINA | Praça Edgar Nogueira, s/n, Cabral                | CLASSE II                 | CONTAINER                 | 8                          | M³   | 24                   | 96                   |
|   | CEJUSC II   | Rua Coelho Rodrigues, 954, Centro/Norte          | CLASSE II                 | CONTAINER                 | 1                          | M³   | 3                    | 12                   |
| <b>TOTAL DE RESÍDUOS PRODUZIDOS - METROS CÚBICOS.</b> |   |  |                           |                           | <b>21</b>                  | -    | <b>63</b>            | <b>252</b>           |

**ANEXO II**  
**(Infrações, graus, multas e penalidades)**

| Item | Infração  | Grau | Multa         |
|------|---|------|---------------|
| 1    | Descumprimento de quaisquer outras obrigações contratuais, não explicitadas nos demais itens, que sejam consideradas leves        | 1    | Moratória     |
| 2    | Não entrega de documentação simples solicitada pelo CONTRATANTE   | 1    | Moratória     |
| 3    | Atraso parcialmente justificado na coleta dos resíduos até 7 dias.  | 1    | Moratória     |
| 4    | Atraso parcialmente justificado na coleta dos resíduos acima de 7 dias até 14 dias.   | 2    | Moratória     |
| 5    | Atraso parcialmente justificado ou injustificado na entrega acima de 14 dias.   | 2    | Compensatória |
| 6    | Descumprimento de outros prazos, previstos do TR  | 2    | Moratória     |
| 7    | Erros de execução do objeto   | 3    | Moratória     |
| 8    | Desatendimento às solicitações do CONTRATANTE   | 3    | Moratória     |
| 9    | Descumprimento de quaisquer outras obrigações contratuais, não explicitadas nos demais anteriores, que seriam consideradas médias | 3    | Moratória     |
| 10   | Execução imperfeita do objeto   | 3    | Moratória     |
| 11   | Não manutenção das condições de habilitação e de licitar e contratar com a Administração Pública durante a vigência contratual    | 4    | Compensatória |
| 12   | Não entrega de documentação importante solicitada pelo CONTRATANTE  | 4    | Compensatória |
| 13   | Descumprimento de quaisquer outras obrigações contratuais, não explicitadas nos demais itens, que seriam consideradas graves      | 4    | Compensatória |
| 14   | Inexecução parcial do Contrato  | 4    | Compensatória |
| 15   | Descumprimento da legislação (legais e infralegais) afeta à execução do objeto (direta ou indireta)                               | 5    | Compensatória |
| 16   | Cometimento de atos protelatórios durante a execução visando adiamento dos prazos contratados                                     | 5    | Compensatória |
| 17   | Inexecução total do Contrato  | 5    | Compensatória |

| Grau | Advertência - 1ª Ocorrência | Mora moratória<br>Valor Mensal        | Multa Compensatória                      | Impedimento<br>Prazo              |
|------|-----------------------------|---------------------------------------|--|-----------------------------------|
| 1    | Sim                         | Não                                   | Não                                      | Não                               |
| 2    | Não                         | 1% a 4,9% por ocorrência ou contrato  | 1,5% a 4,9% por ocorrência ou contrato   | Mínimo: 1 mês<br>Máximo: 2 anos   |
| 3    | Não                         | 5% a 8,9% por ocorrência ou contrato  | 8,0% a 14,9% por ocorrência ou contrato  | Mínimo: 6 meses<br>Máximo: 3 anos |
| 4    | Não                         | 9% a 11,9% por ocorrência ou contrato | 15,0% a 24,9% por ocorrência ou contrato | Mínimo: 3 anos<br>Máximo: 5 anos  |
| 5    | Não                         | 12% a 15% por ocorrência ou contrato  | 25% a 30% por ocorrência ou contrato     | Mínimo: 4 anos<br>Máximo: 5 anos  |



Documento assinado eletronicamente por **Antônio da Silva Barradas Neto**, **Chefe da Seção de Manutenção Predial/TJPI**, em 30/07/2019, às 11:41, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.tjpi.jus.br/verificar.php> informando o código verificador **1185012** e o código CRC **C84B9B84**.

